



EDITAL LICITATÓRIO

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL N.º006/2013

TIPO: MENOR PREÇO

1- PREÂMBULO

1.1- O Município de Santo Antônio da Patrulha, Estado do Rio Grande do Sul, por intermédio da Secretaria Municipal de Administração, mediante Pregoeira, Sra. Edna Muniz dos Santos Reis e sua equipe de apoio, designados pelas Portarias n.º 872/2012 e n.º.1408/2012, anexas ao processo, torna público, para conhecimento dos interessados, que estará realizando o **PREGÃO PRESENCIAL N.º 006/2013**, do tipo menor preço POR ITEM, em conformidade com as disposições da Lei n.º 10.520, de 17 de julho de 2002, Decretos Municipais n.º 565/2005 e n.º. 057/2012, Lei Complementar 123/2006 e, subsidiariamente, a Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, bem como as condições a seguir estabelecidas.

1.2- O prazo final para recebimento dos envelopes "PROPOSTA DE PREÇOS" e "DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO" será até às 09:00 horas do dia 21 de fevereiro de 2013, na sala de reuniões da Comissão Julgadora de Licitações, localizada na Av. Borges de Medeiros, 456, Santo Antônio da Patrulha-RS, quando será realizada a sessão pública de abertura.

2 – TERMO DE REFERÊNCIA

2.1- Processo n.º 006/2013.

2.2- Dotação Orçamentária: As despesas decorrentes da presente licitação correrão por conta das seguintes dotações:

ÓRGÃO: 05 – SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 001 – SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO
FUNÇÃO: 12 - EDUCAÇÃO
SUB-FUNÇÃO: 361 – ENSINO FUNDAMENTAL
PROGRAMA: 0102 – Ensino Fundamental Construindo Cidadania
PROJETO: 2031 – Manutenção do Transporte Escolar
DESPEZA: 3.3.9.0.39.00.00.00.00 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS-PESSOA JURÍDICA (94)
RUBRICA: 33903999050000 – TRANSPORTE DE ALUNOS

ÓRGÃO: 05 – SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 001 – SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO
FUNÇÃO: 12 - EDUCAÇÃO
SUB-FUNÇÃO: 361 – ENSINO FUNDAMENTAL
PROGRAMA: 0102 – Ensino Fundamental Construindo Cidadania
PROJETO: 2031 – Manutenção do Transporte Escolar
DESPEZA: 3.3.9.0.39.00.00.00.00 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS-PESSOA JURÍDICA (93)
RUBRICA: 33903999050000 – TRANSPORTE DE ALUNOS

ÓRGÃO: 05 – SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 001 – SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO
FUNÇÃO: 12 - EDUCAÇÃO
SUB-FUNÇÃO: 361 – ENSINO FUNDAMENTAL
PROGRAMA: 0102 – Ensino Fundamental Construindo Cidadania
PROJETO: 2031 – Manutenção do Transporte Escolar
DESPEZA: 3.3.9.0.39.00.00.00.00 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS-PESSOA JURÍDICA (136)
RUBRICA: 33903999050000 – TRANSPORTE DE ALUNOS

ÓRGÃO: 05 – SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 001 – SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO
FUNÇÃO: 12 - EDUCAÇÃO



SUB-FUNÇÃO: 361 – ENSINO FUNDAMENTAL

PROGRAMA: 0102 – Ensino Fundamental Construindo Cidadania

PROJETO: 2031 – Manutenção do Transporte Escolar

DESPESA: 3.3.9.0.39.00.00.00 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS-PESSOA JURÍDICA (92)

RUBRICA: 33903999050000 – TRANSPORTE DE ALUNOS

3- OBJETO DA LICITAÇÃO E PRAZO DE ENTREGA

3.1- É objeto desta licitação a contratação de empresas para prestação de serviços, tendo como objetivo a **TERCEIRIZAÇÃO DE TRAJETOS PARA O TRANSPORTE ESCOLAR DO ENSINO FUNDAMENTAL**, de acordo com as especificações constantes no anexo I, parte integrante deste edital.

3.1.1- Os trajeto objetos desta licitação não se enquadram na modalidade de compras de passagens, em virtude de fazerem parte de localidades que não possuem linhas de ônibus permissionárias.

3.2- Os serviços deverão ser executados conforme cronograma da Secretaria Municipal da Educação.

3.3- Somente serão aceitos neste pregão veículos tipo caminhonete e Kombi, dotados de no mínimo 03 (três) portas de acesso para passageiros com capacidade mínima de 01 (um) tonelada, ônibus e microônibus, conforme determina a Lei Municipal nº 4.381 de 31 de dezembro de 2003.

3.4- Os veículos das empresas participantes deverão ter vida útil de **NO MÁXIMO 08 anos para veículos tipo camioneta e Kombi e 16 anos para veículos tipo ônibus e micro-ônibus**, conforme disposto na Lei Municipal 6.188/2011, e estar em plenas condições de trafegabilidade.

3.5- Cada empresa licitante poderá elaborar propostas para o número de trajetos que desejar desde que, possua o número de veículos e motoristas para tal, ou seja, um veículo e um motorista para cada trajeto, salvo se houver compatibilidade de horários.

3.6- Empresas não poderão ter o mesmo veículo e motorista para o mesmo roteiro, sob pena de desclassificação de ambas.

3.7- O Município de Santo Antônio da Patrulha, mesmo depois da assinatura do contrato, se reserva no direito de alterar as especificações constantes no anexo I do presente edital, inclusive quanto ao trajeto e a quantidade dos roteiros nos termos do Art. 65 da Lei 8.666/93.

04 – LOCAL, DATA, E HORÁRIO DE RECEBIMENTO E DE ABERTURA DOS ENVELOPES.

4.1- A abertura desta licitação ocorrerá no **dia 21 de fevereiro de 2013, às 09h**, na Sala de Reuniões da Prefeitura, quando os interessados deverão apresentar os envelopes nº 01 – Proposta de Preços e nº 02 – Documentos de Habilitação a Pregoeira, bem como, Credenciamento e Declaração informando de que preenchem plenamente os requisitos de habilitação.

4.2- As empresas interessadas, através de seus representantes legais, poderão credenciar-se, mediante apresentação de documento próprio, junto a Pregoeira, no mínimo 15 minutos antes do horário marcado para início da sessão, no dia especificado no item anterior.

4.3- Os envelopes e declaração conforme determina o item 4.1, enviados via correio ou transportadora, deverão ser remetidos com antecedência e aos cuidados do “DEPARTAMENTO DE COMPRAS”, caso contrário, não nos responsabilizaremos por envelopes e não cheguem em tempo hábil.

4.3.1- No caso dos envelopes encaminhados da forma descrita no item 4.3, será considerado apenas o valor apresentado na proposta de preços.

4.4- Não será permitida a entrega de quaisquer outros documentos através de via postal, fax, e-mail e similares, exceto remessa de desistência de recurso administrativo.

05 – DO CREDENCIAMENTO

5.1- O licitante deverá apresentar-se para credenciamento junto a Pregoeira ou equipe de apoio diretamente ou através de seu representante munido de documentos que os credenciem a participar deste procedimento licitatório, identificando-se com a Carteira de Identidade ou outro documento equivalente que, devidamente identificado por meio legal, sendo o único admitido a intervir no procedimento licitatório, no interesse do representado.

5.2- O credenciamento far-se-á por meio de instrumento público ou particular de mandato, **com firma reconhecida em cartório**, com poderes para formular ofertas e lances de preços e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame em nome do proponente ou, em sendo sócio, dirigente, proprietário ou



assemelhado, deverá apresentar cópia do Estatuto ou Contrato social, no qual estejam expressos seus poderes.

5.3- A documentação referente ao credenciamento, bem como o solicitado no ANEXO II, deverão ser apresentados fora dos envelopes.

5.4- A empresa que pretender se utilizar dos benefícios previstos nos art. 42 a 45 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, deverá apresentar fora dos envelopes, documento emitido pela Junta Comercial do Estado, comprovando que a mesma se enquadra como microempresa ou empresa de pequeno porte (ou, ainda, no caso de cooperativa, de que satisfaz as exigências do art. 34 da Lei 11.488/07).

5.5- O referido documento deverá ser referente ao último Balanço Patrimonial registrado.

5.6- - A empresa que deixar de apresentar a comprovação acima, receberá o mesmo tratamento dispensado às demais empresas não beneficiadas pelo Estatuto da Microempresa, sendo entendida a sua omissão, como renúncia a qualquer privilégio.

06- DA PROPOSTA DE PREÇOS

6.1- A proposta de preços deverá ser datilografada ou impressa eletronicamente em papel com identificação do licitante, em 01(uma) via, redigida em linguagem clara, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, identificada e assinada na última página e rubricada nas demais pelo representante legal da proponente, a ser entregue em envelope devidamente fechado, contendo, na parte externa e frontal, a indicação do envelope nº 1, para o que se sugere a seguinte inscrição:

À PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DA PATRULHA/RS

PREGÃO PRESENCIAL Nº 006/2013

ENVELOPE Nº 01 – PROPOSTA DE PREÇOS

ENCERRAMENTO ÀS 09 HORAS DO DIA 21/02/2013.

INDICAÇÃO DA RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA:

ENDEREÇO COMPLETO

CNPJ:

FONE:

6.2- Na Proposta de Preços deverá constar:

6.2.1- Declaração expressa de prazo de validade, não inferior a 60 (sessenta) dias corridos, a contar do recebimento do Envelope nº 01 - Proposta de Preços;

6.2.2- Preço unitário e global do item, de acordo com os preços praticados no mercado, conforme estabelece o art. 43, inciso IV, da Lei 8.666/93, sendo o valor relativo ao item (unitário e global) em algarismo, expresso em moeda corrente nacional (R\$), considerando as condições deste edital;

6.2.3- Declaração explícita e formal indicando os veículos que realizarão os roteiros cotados;

6.2.3.1- Deverá ser anexado com a proposta, além da declaração formal de qual será o veículo, cópia autenticada do documento do mesmo, o nome do motorista e a planilha de custos para cada um dos roteiros.

6.2.3- Razão social, endereço completo e número do CNPJ, ou se tratando de pessoa física, nome completo, endereço residencial e número do CPF;

6.2.4- Descrição do objeto licitado, obedecidas às especificações constantes no anexo I do presente edital.

6.2.5- Preço ofertado por dia para cada roteiro, em moeda corrente nacional, levando-se em conta **200 dias para cada roteiro, exceto o percurso nº. 09 com 120 dias**, incluindo os tributos incidentes, despesas com encargos sociais, trabalhistas e outros pertinentes ao fornecimento do objeto licitado;

6.2.6- Quanto ao preço ofertado pelos licitantes, serão considerados somente aqueles que contiverem no máximo **duas casas após a vírgula**.

6.2.7- Local, data, assinatura e identificação do signatário.

6.3- Serão desclassificadas as propostas apresentadas com valor superior ao valor máximo atribuído pela Secretaria Municipal da Educação para cada trajeto, conforme planilhas analíticas de custos em anexo ao edital.

6.4- Não serão consideradas as propostas que deixarem de atender, no todo ou em parte, quaisquer das disposições deste edital, sejam omissas ou apresentem irregularidades insanáveis, bem como aquelas



manifestamente inexecutáveis, presumindo-se como tais, às que contiverem valores irrisórios ou excessivos, ou aquelas que ofertarem alternativas.

6.5- A apresentação da(s) proposta(s) implicará na plena aceitação, por parte do proponente, das condições estabelecidas neste edital e seus anexos.

6.6- Não serão aceitas propostas com ofertas não previstas neste edital, nem preços ou vantagens baseadas nas ofertas das demais proponentes.

6.7- Todos os insumos que compõem o preço, tais como as despesas com combustíveis, motoristas, impostos, taxas, frete, seguros e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto desta licitação, correrão por conta do proponente.

07- DA HABILITAÇÃO

7.1- Para habilitação, deverá a empresa vencedora apresentar, no envelope nº 02 Documentos de Habilitação, os documentos abaixo discriminados, em 01(uma) via e em **cópias autenticadas**, obrigando-se a proponente a fornecer a pregoeira os originais correspondentes em qualquer época que lhes forem solicitados.

7.1.1- Não serão aceitos protocolos, documentos em cópia não autenticada, nem documentos com prazo de validade expirado.

7.1.2- Os proponentes interessados na autenticação das cópias pela pregoeira ou equipe de apoio, deverão procurar os mesmos, **até 01 (uma) hora antes do início da sessão de abertura da licitação para proceder à autenticação, pois, em hipótese alguma serão autenticadas durante a realização do certame.**

7.1.3- Os documentos deverão ser apresentados encadernados ou fixos em pasta própria e numerados, não devendo ser entregues soltos.

7.1.3.1- O descumprimento do item acima não será motivo de inabilitação do proponente.

7.1.4- Todos os documentos exigidos para habilitação deverão estar no prazo de validade. Caso o órgão emissor não declare a validade do documento, esta será de 60 (sessenta) dias contados a partir da data de emissão, exceto o comprovante de inscrição no CNPJ e Contrato Social.

7.1.5- Os documentos necessários à HABILITAÇÃO deverão ser apresentados em envelope indevassável, lacrado, contendo identificação do envelope nº 02 na face externa, o que se sugere a seguinte inscrição:

À PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DA PATRULHA/RS

PREGÃO PRESENCIAL Nº 006/2013

ENVELOPE Nº 02 – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

ENCERRAMENTO ÀS 09 HORAS DO DIA 21/02/2013.

INDICAÇÃO DA RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA

ENDEREÇO COMPLETO:

CNPJ:

FONE:

7.2- QUANDO PESSOA JURÍDICA:

7.2.1 - DOCUMENTOS RELATIVOS À HABILITAÇÃO JURÍDICA:

7.2.2 - Ato constitutivo, estatuto em vigor ou **CONTRATO SOCIAL**, e, a última alteração (se houver) da empresa, devidamente registrado, em se tratando de sociedade comercial e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

7.2.3- Registro comercial, no caso de empresa individual;

7.2.4- Declaração de atendimento à norma do inciso XXXIII do Artigo 7º da Constituição Federal, com redação dada pela emenda constitucional nº 20/98, que proíbe trabalho noturno, perigoso ou insalubre aos menores de 18 anos e de qualquer trabalho a menores de 16 anos, salvo na condição de aprendiz a partir de 14 anos (ANEXO IV);

7.2.5- Prova de Inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do trabalho, mediante a apresentação de CERTIDÃO NEGATIVA, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

7.3 - DOCUMENTOS RELATIVOS À REGULARIDADE FISCAL:



7.3.1- Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (**CNPJ**);

7.3.2 - Prova de regularidade para com a **Fazenda Municipal** do domicílio ou sede do proponente;

7.3.3 - Certidão Negativa de Débito – CND, expedida pelo Instituto Nacional de Seguridade Social (**INSS**);

7.3.4 - Certidão de Regularidade para com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, expedido pela Caixa Econômica Federal (**FGTS**).

7.3.5 - Certidão conjunta de débitos relativos a **Tributos Federais e à Dívida Ativa da União**;

7.4 - DOCUMENTOS RELATIVOS À QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

7.4.1- Certidão negativa de falência, recuperação judicial ou execução patrimonial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;

7.5- QUANDO PESSOA FÍSICA:

7.5.1- Documentos relativos à habilitação jurídica:

7.5.1.1- Cédula de Identidade e CPF ;

7.5.1.2- Comprovante de regularidade com as obrigações eleitorais;

7.5.1.3- Atestado de bons antecedentes(criminal).

7.5.1.4- Que não foi declarada inidônea por ato do Poder Público;

7.5.1.5- Declaração de atendimento à norma do inciso XXXIII do Artigo 7º da Constituição Federal, com redação dada pela emenda constitucional nº 20/98, que proíbe trabalho noturno, perigoso ou insalubre aos menores de 18 anos e de qualquer trabalho a menores de 16 anos, salvo na condição de aprendiz a partir de 14 anos;

7.5.1.6- Declaração expressa de que o proponente tem pleno conhecimento do objeto licitado e anuência das exigências constantes do Edital e seus anexos.

7.5.2- Documentos relativos à regularidade fiscal:

7.5.2.1- Prova de inscrição e regularidade no CPF;

7.5.2.2- Prova de inscrição no cadastro de contribuintes municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do interessado, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

7.5.2.3- Certidão negativa de débitos do INSS, nos termos do Art. 47 da Lei Federal n.º 8.212/91;

7.6- Não tendo a empresa classificada como vencedora do certame, apresentado documentação exigida, no todo ou em parte, **será esta desclassificada**, podendo a ela ser aplicada as penalidades previstas na legislação que rege o procedimento, e será convocada então a empresa seguinte na ordem de classificação, e assim sucessivamente, cabendo ao pregoeiro a análise das propostas que atendam ao edital, sendo o respectivo licitante declarado vencedor.

7.7- A documentação, na fase pertinente, será rubricada pela Pregoeira, pela Equipe de Apoio e pelos representantes legais presentes e após examinada será anexada ao processo desta licitação, sendo inabilitados aqueles proponentes cuja documentação apresente irregularidades.

7.8- A documentação acima exigida **poderá ser substituída**, conforme disposto no parágrafo 3º do art. 32 da Lei 8.666/93, pelo Certificado de Registro Cadastral do Município de Santo Antônio da Patrulha – CRC – **com validade plena**.

7.9- Caso o prazo de alguma das certidões negativas contidas no CRC estiver expirado, a licitante deverá, junto ao CRC, incluir nova certidão com seu prazo válido para este processo, no envelope de documentação para habilitação (Envelope 02).

7.10 – A microempresa e a empresa de pequeno porte, bem como a cooperativa que atender ao item “5.4”, que possuir restrição em qualquer dos documentos de **regularidade fiscal**, previstos no item “7.3”, deste edital, terá sua habilitação condicionada à apresentação de nova documentação, que comprove a sua regularidade em **dois dias**, a da sessão em que foi declarada como vencedora do certame.

7.11 – O prazo de que trata o item anterior poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, a critério da Administração, desde que seja requerido pelo interessado, de forma motivada e durante o transcurso do respectivo prazo.

7.12 – Ocorrendo a situação prevista no item “7.10”, a sessão do pregão será suspensa, podendo a pregoeira fixar, desde logo, a data em que se dará continuidade ao certame, ficando os licitantes já intimados a comparecer ao ato público, a fim de acompanhar o julgamento da habilitação.



7.13 – O benefício de que trata o item “7.10” não eximirá a microempresa, a empresa de pequeno porte e a cooperativa, da apresentação de todos os documentos, ainda que apresentem alguma restrição.

7.14 – A não regularização da documentação, no prazo fixado no item “7.3”, implicará na inabilitação do licitante e a adoção do procedimento previsto no item “13.1”.

08- DOS PROCEDIMENTOS DA LICITAÇÃO.

8.1- Aberta a Sessão, os interessados, ou seus representantes legais, entregarão a Pregoeira, devidamente lacrados, os envelopes nº 01 e nº 02.

8.2- Em nenhuma hipótese serão recebidas documentação e proposta fora do prazo estabelecido neste Edital.

8.3- Serão abertos, pela Pregoeira, todos os envelopes contendo as propostas de preços, ocasião em que se procederá a verificação da sua conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital.

8.3.1- Havendo divergência entre o valor unitário e o global correspondente, prevalecerá o cotado em preço unitário, devendo a Pregoeira proceder à correção no valor global.

8.4- Verificada a conformidade com os requisitos estabelecidos neste edital, a autora da oferta de valor mais baixo e as das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela poderá fazer novos lances, verbais e sucessivos, na forma dos itens subseqüentes, até a proclamação da vencedora.

8.5- Não havendo, pelo menos 03(três) ofertas escritas, nas condições fixadas no item anterior, poderão as autoras das melhores propostas, até o máximo de 03(três), oferecer novos lances, verbais e sucessivos quaisquer que sejam os preços oferecidos em suas propostas escritas.

8.6- No curso da Sessão, as autoras das propostas que atenderem aos requisitos dos itens anteriores serão convidadas, individualmente, a apresentarem novos lances, verbais e sucessivos, em valores distintos e decrescentes, a partir da autora da proposta de maior valor, até a proclamação da vencedora.

8.7- Caso duas ou mais propostas iniciais apresentem preços iguais, será realizado sorteio para determinação da ordem dos lances.

8.8- A oferta dos lances deverá ser efetuada no momento em que for conferida a palavra à licitante, obedecida à ordem prevista.

8.8.1- Dada à palavra a licitante, esta disporá de 02 (dois) minutos para apresentar nova proposta.

8.9- É vedada a oferta de lance com vista ao empate.

8.10- O desinteresse em apresentar lance verbal, quando convocado pela Pregoeira, implicará na exclusão do proponente desta fase do certame, caso em que valerá para o julgamento o valor da proposta escrita.

8.11- O encerramento da etapa competitiva dar-se-á quando, indagados pela Pregoeira, os proponentes manifestarem seu desinteresse em apresentar novos lances.

8.12- Dos lances ofertados não caberá retratação, sujeitando-se a proponente desistente às penalidades constante no presente edital.

8.13- Caso não se realize lance verbal, será verificado a conformidade entre a proposta escrita de menor preço e o valor estimado para a contratação, podendo a Pregoeira, negociar diretamente com o proponente para que seja obtido preço melhor.

8.14- Encerrada a etapa competitiva e ordenadas às ofertas, de acordo com o menor preço unitário apresentado para o item, a Pregoeira verificará a aceitabilidade da proposta de valor mais baixo, comparando-a com o valor consignado em Planilha de Custos, decidindo, motivadamente, a respeito.

8.15- A classificação dar-se-á pela ordem crescente de preços unitários por cada item propostos e aceitáveis. Será declarado vencedor o licitante que apresentar a proposta de acordo com as especificações deste edital, com preço de mercado e ofertar o menor preço UNITÁRIO.

8.16- Serão desclassificadas:

8.16.1- As propostas que não atenderem às exigências contidas no objeto desta licitação; as que contiverem opções de preços alternativos; as que forem omissas em pontos essenciais, de modo a ensejar dúvidas, ou que se oponham a qualquer dispositivo legal vigente.

8.17- Não serão consideradas, para julgamento das propostas, vantagens não previstas no Edital.

8.18 – Encerrada a sessão de lances, será verificada a ocorrência do empate ficto, previsto no art. 44, §2º, da Lei Complementar 123/06, sendo assegurada, como critério do desempate, preferência de contratação para as microempresas, as empresas de pequeno porte e as cooperativas que atenderem ao item 5.5, deste edital.



8.19 – Entende-se como empate ficto aquelas situações em que as propostas apresentadas pela microempresa e pela empresa de pequeno porte, bem como pela cooperativa, sejam superiores em até 5% (cinco por cento) à proposta de menor valor.

8.20 – Ocorrendo o empate, na forma do item anterior, proceder-se-á da seguinte forma:

a) A microempresa, a empresa de pequeno porte ou a cooperativa detentora da proposta de menor valor será convocada para apresentar, no prazo de 5 (cinco) minutos, nova proposta, inferior aquela considerada, até então, de menor preço, situação em que será declarada vencedora do certame.

b) Se a microempresa, a empresa de pequeno porte ou a cooperativa, convocada na forma da alínea anterior, não apresentar nova proposta, inferior à de menor preço, será facultada, pela ordem de classificação, às demais microempresas, empresas de pequeno porte ou cooperativas remanescentes, que se enquadrarem na hipótese do item 8.20 deste edital, a apresentação de nova proposta, no prazo previsto na alínea “a” desse item.

8.21 – Se nenhuma microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa, satisfizer as exigências deste edital, será declarado vencedor do certame o licitante detentor da proposta originariamente de menor valor.

8.22 – O disposto nos itens “8.19 a 8.21”, deste edital, não se aplica às hipóteses em que a proposta de menor valor inicial tiver sido apresentada por microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa.

8.23- Após a etapa anterior, a Pregoeira procederá à abertura do envelope contendo os documentos de “HABILITAÇÃO” do proponente que apresentou a melhor proposta para cada item, para verificação do atendimento das condições de habilitação fixadas neste Edital.

8.24- Caso o proponente classificado em 1º(primeiro) lugar seja inabilitado, a Pregoeira examinará a oferta subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo a habilitação do proponente, na ordem de classificação, e assim, sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda aos requisitos do Edital.

8.25- Verificado o atendimento das exigências fixadas neste Edital, o proponente será declarado vencedor.

8.26- Em qualquer das hipóteses anteriores, ainda poderá a Pregoeira negociar, diretamente, com o proponente para que seja obtido preço melhor.

8.27- Qualquer proponente, desde que presente e devidamente representado na Sessão, poderá manifestar imediata e motivadamente, no final da mesma, a intenção de recorrer, quando lhe será concedido prazo de 03 (três) dias a contar da abertura dos envelopes, para apresentação das razões do recurso, ficando os demais proponentes, desde logo, intimados para apresentarem contra-razões, em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo daquele recorrente.

8.27.1- Os recursos deverão ser destinados ao Prefeito, por intermédio da Pregoeira, no endereço constante no item 1.2, mediante protocolo na Prefeitura Municipal, vedado qualquer outra forma de encaminhamento.

8.27.2- Os recursos serão enviados a Pregoeira, cabendo a mesma o seu encaminhamento devidamente instruído.

8.28- Decorrido o prazo de recurso, sem que nenhum tenha sido interposto, ou decididos os porventura interpostos, a Pregoeira adjudicará os itens aos vencedores e remeterá o processo ao Prefeito Municipal, para homologação.

8.29- A falta de manifestação imediata e motivada do proponente em interpor recurso, na sessão, importará na Decadência do direito e na continuidade do certame pela Pregoeira, atendendo as regras e condições fixadas no Edital, opinando pela adjudicação do objeto da licitação ao proponente vencedor.

8.30- Da sessão pública do Pregão será lavrada ata circunstanciada, contendo, sem prejuízo de outros, o registro dos licitantes credenciados, das propostas escritas e verbais apresentadas, na ordem de classificação, da análise da documentação exigida para habilitação e dos recursos interpostos, que será assinada pela Pregoeira, equipe de apoio e representantes presentes, constando da mesma toda e qualquer declaração.

8.31- A Sessão Pública não será suspensa, salvo motivo excepcional, devendo todas e quaisquer informações acerca do objeto serem esclarecidas **previamente** junto ao Setor de Licitações deste Município.

8.32- Caso haja necessidade de adiamento da Sessão pública, será marcada nova data para continuação dos trabalhos, devendo ficar intimados, no mesmo ato, as licitantes presentes.

8.33- O envelope de documentação deste pregão que não for aberto ficará em poder da Pregoeira pelo prazo de 60(sessenta) dias, a partir da homologação da licitação, devendo o licitante retirá-lo, após aquele período, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de inutilização do envelope.



09- DOS CRITÉRIOS DE JULGAMENTO

9.1- Será considerada vencedora a proposta de **MENOR PREÇO UNITÁRIO POR ITEM**, de acordo com as demais características estabelecidas no Edital e seus anexos.

9.2- Os trajetos, objeto deste PREGÃO, serão adjudicados ao proponente, pela Pregoeira cuja proposta seja considerada vencedora.

9.3- Se duas ou mais propostas, em absoluta igualdade de condições, ficarem empatadas, a classificação far-se-á, obrigatoriamente, por sorteio, em ato público, na própria sessão, conforme disposto na Lei 8.666/93.

9.4- A Pregoeira poderá desclassificar as propostas cujos preços estejam superiores aos praticados no mercado ou suspender a sessão para que seja realizada pesquisa a fim de verificar tal conformidade.

9.5 - Serão desclassificadas as propostas apresentadas com valor superior ao valor máximo atribuído pela Secretaria Municipal da Educação para cada trajeto, conforme planilhas analíticas de custos em anexo ao edital.

10- DA IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO

10.1- Qualquer cidadão poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar termos do presente Edital por irregularidade, protocolando o pedido até 02(dois) dias antes da data fixada para a realização do Pregão, no serviço de Protocolo, situado no endereço mencionado no preâmbulo, cabendo a Pregoeira decidir sobre a petição no prazo de vinte e quatro horas, e quando esta julgar improcedente, o mesmo deverá ser remetido ao Prefeito Municipal para que decida, vedada qualquer outra forma de encaminhamento.

10.2- Decairá do direito de impugnar os termos do presente edital o proponente que não apontar as falhas ou irregularidades supostamente existentes no Edital até os 02 (dois) dias que antecederem a realização do Pregão. Sendo intempestiva, a comunicação do suposto vício não suspenderá o curso do certame.

10.3- A impugnação feita tempestivamente pela proponente não a impedirá de participar do processo licitatório, ao menos até o trânsito em julgado da decisão a ela pertinente. Acolhida a petição contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame, sendo corrigido o ato convocatório.

11- DOS RECURSOS

11.1- Qualquer proponente, desde que presente e devidamente representado na Sessão, poderá manifestar imediata e motivadamente, no final da mesma, a intenção de recorrer, quando lhe será concedido prazo de 03(três) dias a contar da abertura dos envelopes, para apresentação das razões do recurso, ficando os demais proponentes, desde logo, intimados para apresentarem contra-razões, em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo daquele recorrente.

11.2- Os recursos deverão ser destinados ao Prefeito, por intermédio da Pregoeira, no endereço constante no item 1.2 do edital, mediante protocolo na Prefeitura Municipal, vedado qualquer outra forma de encaminhamento.

11.3- Os recursos serão enviados a Pregoeira, cabendo a mesma o seu encaminhamento devidamente instruído.

11.4- Decorrido o prazo de recurso, sem que nenhum tenha sido interposto, ou decididos os porventura interpostos, a Pregoeira adjudicará os itens aos vencedores e remeterá o processo ao Prefeito Municipal, para homologação.

11.5- A falta de manifestação imediata e motivada do proponente em interpor recurso, na sessão, importará na Decadência do direito e na continuidade do certame pela Pregoeira, atendendo as regras e condições fixadas no Edital, opinando pela adjudicação do objeto da licitação ao proponente vencedor.

12- DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

12.1- Após a declaração do vencedor da licitação, não havendo manifestação dos proponentes quanto à interposição de recurso, a Pregoeira opinará pela adjudicação do objeto licitado, o que posteriormente será submetido à autoridade competente para homologação.

12.2 - A seguir o processo será enviado para a Procuradoria Geral do Município para elaboração do contrato.



13- DAS PENALIDADES.

13.1- Pelo inadimplemento das obrigações, seja na condição de participante do pregão ou de contratada, as licitantes, conforme a infração, estarão sujeitas, dentre outras, às seguintes penalidades:

- a) deixar de apresentar documentação exigida no certame: suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de até 2 anos e multa de 10% sobre o valor estimado da contratação;
- b) manter comportamento inadequado durante o pregão: afastamento do certame e suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de até 2 anos;
- c) deixar de manter a proposta (recusa injustificada para contratar): suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de até 5 anos e multa de 10% sobre o valor estimado da contratação;
- d) executar o contrato com irregularidades, passíveis de correção durante a execução e sem prejuízo ao resultado: advertência;
- e) executar o contrato com atraso injustificado, até o limite de 20 dias, após os quais será considerado como inexecução contratual: multa diária de 0,5% sobre o valor atualizado do contrato;
- f) inexecução parcial do contrato: suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de até 3 anos e multa de 8% sobre o valor correspondente ao montante não adimplido do contrato;
- g) inexecução total do contrato: suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de até 5 anos e multa de 10% sobre o valor atualizado do contrato;
- h) causar prejuízo material resultante diretamente de execução contratual: declaração de inidoneidade cumulada com a suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de até cinco anos e multa de 10% sobre o valor atualizado do contrato;
- i) as penalidades serão registradas no cadastro da contratada, quando for o caso;
- j) nenhum pagamento será efetuado pela Administração enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que for imposta ao fornecedor em virtude de penalidade ou inadimplência contratual;
- k) da aplicação das penas definidas nos itens "a", "b", "c", "d", "e", "f", "g" e "h" do item "13.1", caberá recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da intimação;
- l) a defesa prévia ou pedido de reconsideração relativos às penalidades dispostas será dirigido ao Sr. Prefeito Municipal, o qual decidirá o recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

14 - DO PAGAMENTO

14.1- O pagamento será efetuado mensalmente em até 05 (cinco) dias pela tesouraria da Prefeitura, após a conferência da quantidade de dias letivos trabalhados, a nota fiscal deverá ser emitida, obrigatoriamente, junto ao setor de transporte escolar, com as servidoras Cíara Francisco Cruz Castro e Nelci Willborn Nunes Pereira, fiscais do contrato.

14.2- O CNPJ da contratada constante na Nota Fiscal deverá ser o mesmo da documentação apresentada no processo licitatório e no corpo da nota deverá obrigatoriamente constar o número deste processo (Pregão Presencial nº 006/2013).

14.3- Para emissão da nota fiscal, a empresa deverá apresentar mensalmente ao fiscal do contrato o registro de infrações do motorista, correspondente ao período que está sendo feito a cobrança, bem como, o comprovante de pagamento do motorista.

14.3.1- Os documentos retro citados serão destinados ao Departamento de Transporte Escolar, visando o arquivamento junto ao processo licitatório e posterior pagamento.

15- DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

15.1- O contrato firmado pela empresa licitante vencedora do certame terá vigência a contar da assinatura do contrato até 31 de dezembro 2013.

16- DO CONTRATO

16.1- A fiscalização do contrato será feita pelas servidoras Cíara Francisco Cruz Castro e Nelci Willborn Nunes Pereira.



16.2- Na ocasião da assinatura do contrato, caso a empresa licitante tenha ofertado lances verbais, esta deverá apresentar planilha de custos atualizada;

16.3- Quando convocado para assinar o contrato o licitante deverá comprovar o seguinte:

16.3.1- Comprovante de pagamento do seguro obrigatório DPVAT do(s) veículo(s) utilizado(s) no(s) roteiro(s) cotado(s);

16.3.2- Autorização do DETRAN para o transporte escolar, conforme disposto no Art. 136 do CTB;

16.3.3- Laudo de vistoria dos veículos emitido por oficina credenciada no Município, sendo que as vistorias serão realizadas na Prefeitura Municipal de Santo Antônio da Patrulha a cada 60 (sessenta) dias, em dia e horário a ser determinado, sendo que as empresas contratadas serão previamente avisadas para que possam agendar com a empresa credenciada a vistoria;

16.3.4- Apresentação de documentação, em dia, do veículo que efetuará o Transporte Escolar. (certificado de propriedade do veículo e/ou contrato de aluguel com a cópia do certificado do veículo em nome do locador), que deverá ter vida útil de 08 anos para veículos tipo camioneta e Kombi e 16 anos para veículos tipo ônibus e micro-ônibus, conforme disposto na Lei Municipal 6.188/2011, e estar em plenas condições de trafegabilidade.

16.3.5- Cópia da Carteira de habilitação categoria “D”, dos motoristas que realizarão os trajetos, bem como, a folha corrida policial;

16.3.6- Certificado de conclusão do curso de formação de condutores de veículos de transporte escolar, ou carteira obtido em curso especializado, nos termos da regulamentação do CONTRAM.

16.3.7- Relação de infrações do motorista que comprove que o mesmo não cometeu nenhuma infração grave ou gravíssima, ou ser reincidente em infrações média durante os doze últimos meses.

16.3.8- Apresentar cópia da apólice do seguro de passageiros de cada veículo;

16.3.9- Apresentar proposta de preços atualizada, juntamente com as devidas planilhas de custos;

16.3.10- As empresas vencedoras dos itens “07 e 08” deverão apresentar licença do DAER para viagens intermunicipais.

16.4- Os veículos apresentados para serem utilizados no transporte escolar, somente poderão ser trocados por veículos de ano superior, nas mesmas condições que o apresentado anteriormente ou em melhores condições, sujeitos à aprovação do responsável pela Seção de Transporte Escolar da Prefeitura Municipal de Santo Antônio da Patrulha.

16.5- É fixado o prazo de 03 (três) dias úteis para a assinatura do instrumento de contrato, a contar da data da convocação da licitante por parte da contratante, sob pena de decair o direito à contratação;

16.6- O contrato estará disponível para assinatura da contratada no Departamento de Licitações da Prefeitura Municipal de Santo Antônio da Patrulha, situado na Av. Borges de Medeiros 456, Santo Antônio da Patrulha/RS.

16.7 - A rescisão das obrigações decorrentes do presente Pregão, se processará de acordo com o que estabelecem os artigos 77 a 80 da Lei n.º 8.666/93 e suas alterações posteriores, e em casos omissos, a legislação civil em vigor.

17- RESPONSABILIDADE DA CONTRATADA:

17.1 - Executar os serviços na forma estabelecida no edital licitatório e no presente contrato.

17.2 - Fornecer os veículos necessários à prestação dos serviços, bem como a manutenção dos mesmos, inclusive o abastecimento.

17.3 - Usar para a execução dos serviços o(s) veículo(s) com placas e com chassis conforme documentação apresentada na licitação.

17.4 - Manter o veículo em perfeitas condições de trafegabilidade, de acordo com o estabelecido na Lei nº 9.503/97 que institui o novo Código de Trânsito Brasileiro.

17.5 - Cumprir os horários estabelecidos pela Secretaria Municipal de Educação.

17.6 - Somente poderá trocar o veículo apresentado por de ano superior, nas mesmas condições que o apresentado anteriormente ou em melhores condições, sujeitos à aprovação do Departamento Municipal de Transporte Escolar.

17.7 - Comunicar por escrito, na forma do estabelecido neste instrumento, qualquer anormalidade que eventualmente apure ter ocorrido na prestação dos serviços.



17.8 - Indenizar terceiros por prejuízos que vier a causá-los, em decorrência da execução do objeto contratual, sem prejuízo de suas responsabilidades.

17.9 - Assumir inteira e expressa responsabilidade, pelas obrigações sociais e de proteção aos seus empregados, bem como, pelos encargos previdenciários, fiscais, comerciais e trabalhistas resultantes da execução do presente contrato.

17.10 - Manter, durante toda a execução deste contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no contrato.

17.11 - Providenciar a imediata correção das deficiências e/ou irregularidades apontadas pelo **CONTRATANTE**.

17.12 - Não transferir ou ceder suas obrigações, no todo ou em parte, a terceiros, sem prévia autorização do **CONTRATANTE**.

17.13 - Aceitar nas mesmas condições contratuais os acréscimos e supressões até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

17.14 - Arcar com todas as despesas com transporte, taxas, impostos ou quaisquer outros acréscimos legais que correrão por conta exclusivas da **CONTRATADA**.

17.15 – Os veículos das empresas participantes deverão ter vida útil de no MÁXIMO 08 anos para os veículos tipo camioneta e kombi e 16 anos para veículos tipo ônibus e micro-ônibus, conforme disposto na Lei Municipal nº 4.381/2003, e estar em plenas condições de trafegabilidade.

17.16 – Empresas diferentes não poderão ter o mesmo veículo e motorista para o mesmo roteiro, sob pena de desclassificação de ambas.

17.17 – **A CONTRATADA**, mesmo depois da assinatura do contrato, se reserva do direito de alterar as especificações constantes no anexo I do Edital Licitatório, inclusive quanto ao trajeto e a quantidade dos roteiros nos termos do Art. 65 da Lei 8.666/93.

17.18 – As notas fiscais deverão ser emitidas mensalmente, junto ao Departamento de Transporte Escolar da SMED, após conferência da quantidade de dias letivos trabalhados;

17.19 – Deverá vir anexado mensalmente junto à nota fiscal, o registro das infrações do motorista correspondente ao período que está sendo feito a cobrança, bem como, o comprovante de pagamento do motorista **e cópia dos discos de tocôgrafo referentes ao mês da nota;**

17.20 – Os veículos constantes nos contratos deverão obrigatoriamente serem vistoriados bimestralmente por empresa contratada pelo município, sob pena de suspensão contratual por falta de vistoria;

17.21 – As linhas terceirizadas serão visitadas periodicamente por fiscal vinculado ao Departamento Municipal de Transporte Escolar, devendo o veículo conter pasta com documentação do motorista.

17.22 – Os veículos contratados na licitação deverão ter o selo obrigatório do INMETRO no cronotacógrafo.

18 - RESPONSABILIDADE DO CONTRATANTE

18.1 – Efetuar o pagamento dos serviços prestados.

18.2 - Fiscalizar os serviços prestados o que será feito pelas servidoras Cínara Francisco Cruz Castro e Nelci Willborn Nunes Pereira.

18.3 – Fiscalizar se a contratada está cumprindo com os encargos sociais, previdenciários e trabalhistas devidos com os seus empregados os que farão através de servidor do Setor de Contabilidade.

19- DOS ANEXOS

19.1- Fazem parte do presente Pregão:

19.1.1- Anexo I, contendo as especificações do objeto desta licitação, a forma e o local de execução;

19.1.2- Anexo II, contendo de declaração de preenchimento dos requisitos de habilitação;

19.1.3 – Anexo III, contendo o modelo de credenciamento;

19.1.4- Anexo IV, contendo o modelo de Declaração negativa de emprego a menor;

19.1.5- Anexo V, contendo a minuta de contrato;

19.1.6- Anexo VI, Planilhas analíticas de custos por trajeto

20- DAS DEMAIS INFORMAÇÕES



20.1- Maiores esclarecimentos e informações relativos à presente licitação e às condições para atendimento das obrigações necessárias ao cumprimento de seu objeto deverão ser solicitados a Pregoeira, através de comunicação escrita, dirigida ao seguinte endereço: Avenida Borges de Medeiros, 456 – Santo Antônio da Patrulha/RS – CEP 95 500 000, ou pelo fax nº 51 3662-1269 até o 03º (terceiro) dia antes do dia designado para o recebimento dos envelopes PROPOSTAS.

21- DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

21.1- Nenhuma indenização será devida aos proponentes por apresentarem documentação e/ou elaborarem proposta relativa ao presente PREGÃO.

21.2- A presente licitação somente poderá vir a ser revogada por razões de interesse público decorrentes de fato superveniente, devidamente comprovado, ou anulada, no todo ou em parte, por ilegalidade, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

21.3- O resultado desta licitação será lavrado em Ata, a qual será assinada pela Pregoeira, Equipe de Apoio e representantes presentes.

21.4- Recomenda-se aos proponentes que estejam no local marcado, com antecedência de 15 (quinze) minutos do horário previsto.

21.5- No interesse da Administração, sem que caiba às participantes qualquer recurso ou indenização, poderá a licitação ter:

a) adiada sua abertura;

b) alterado o Edital, com fixação de novo prazo para a realização da licitação;

21.6- Ocorrendo a decretação de feriado ou qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, todos os prazos constantes deste Edital serão transferidos, automaticamente, e a abertura do certame ficará para o primeiro dia útil ou expediente normal subsequente ao ora fixado.

21.7- O proponente que vier a ser contratado ficará obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, por conveniência do Município de Santo Antônio da Patrulha/RS, dentro do limite permitido pelo Artigo 65, § 1º, da Lei 8.666/93, sobre o valor inicial contratado.

21.8- Para dirimir quaisquer questões decorrentes do procedimento licitatório, elegem as partes o Foro da Comarca de Santo Antônio da Patrulha/RS, com expressa renúncia a outro, por mais privilegiado que seja.

21.9- O presente certame será realizado através do site www.cidadecompras.com.br

Nestes termos enceram-se as cláusulas da presente licitação.

SANTO ANTÔNIO DA PATRULHA, 04 de fevereiro 2013.

EDNA MUNIZ DOS SANTOS REIS
Pregoeira



PREGÃO PRESENCIAL Nº 006/2013
ANEXO I

1 – OBJETO:

É objeto desta licitação a contratação de empresas para prestação de serviços, tendo como objetivo a **TERCEIRIZAÇÃO DE TRAJETOS PARA O TRANSPORTE ESCOLAR DO ENSINO FUNDAMENTAL**, de acordo com as especificações abaixo relacionadas na tabela 01 – Trajetos Ensino Fundamental, no final deste anexo:

2 - JUSTIFICATIVA: A Terceirização retro citada se faz necessária para o atendimento dos alunos do ensino fundamental.

2.1- Os trajetos objetos desta licitação não se enquadram na modalidade de compras de passagens, em virtude de fazerem parte de localidades que não possuem linhas de ônibus permissionárias.

3 - DO PAGAMENTO

3.1- O pagamento será efetuado mensalmente em até 05 (cinco) dias pela tesouraria da Prefeitura, após a conferência da quantidade de dias letivos trabalhados, a nota fiscal deverá ser emitida, obrigatoriamente, junto ao setor de transporte escolar, para conferência dos dias letivos trabalhados, com as servidoras Cíara Francisco Cruz Castro e Nelci Willborn Nunes Pereira.

3.2- O CNPJ da contratada constante na Nota Fiscal deverá ser o mesmo da documentação apresentada no processo licitatório e no corpo da nota deverá obrigatoriamente constar o número deste processo (Pregão Presencial nº 006/2013).

3.3- Para emissão da nota fiscal, a empresa deverá apresentar mensalmente ao fiscal do contrato o registro e infrações do motorista, correspondente ao período que está sendo feito a cobrança, bem como, o comprovante de pagamento do motorista.

3.4- Os documentos retro citados serão destinados ao Departamento de Transporte Escolar, visando o arquivamento junto ao processo licitatório e posterior pagamento.

4 - DO CONTRATO

4.1- O contrato firmado pela empresa licitante vencedora do certame terá vigência até o término do período letivo de 2013, a contar da assinatura do contrato.

5- DOS CRITÉRIOS DE JULGAMENTO

5.1- Será considerada vencedora a proposta de **MENOR PREÇO UNITÁRIO POR ITEM**, de acordo com as demais características estabelecidas no Edital e seus anexos.

5.2- Os trajetos, objeto deste PREGÃO, serão adjudicados ao proponente, pela Pregoeira cuja proposta seja considerada vencedora.

5.3- Se duas ou mais propostas, em absoluta igualdade de condições, ficarem empatadas, a classificação far-se-á, obrigatoriamente, por sorteio, em ato público, na própria sessão, conforme disposto na Lei 8.666/93.

5.4- A Pregoeira poderá desclassificar as propostas cujos preços estejam superiores aos praticados no mercado ou suspender a sessão para que seja realizada pesquisa a fim de verificar tal conformidade.

5.5 - Serão desclassificadas as propostas apresentadas com valor superior ao valor máximo atribuído pela Secretaria Municipal da Educação para cada trajeto, conforme planilhas analíticas de custos em anexo ao edital.



TRAJETOS ENSINO FUNDAMENTAL

NÚMERO	PERCURSO	ESCOLAS ATENDIDAS	LOCALIDADE	HORÁRIO	Nº ALUNOS	KM N/PAV	KM PAVIMENTADA	Tipo de Veículo	VALOR ATRIBUÍDO
01	Às 07 horas sai do Monjolo, vai até a localidade de Bom Retiro e Pinheiros buscando as crianças para a Escola. Segue até a localidade de Campestre e trás os alunos até a escola. Às 12 horas refaz o mesmo trajeto levando os alunos do turno da manhã, e seguindo até a localidade de Canto dos Guilhermes trazendo os alunos do turno da tarde. Às 17 horas leva os alunos para suas casas seguindo o mesmo trajeto.	E. Felisberto Luis de Oliveira	Monjolo	06h10min às 11h50min 13h20min às 19h00min	15 15	120,8	04	Kombi 15 lugares	315,17
02	Sai as 07 horas do Rincão, vai até o Arroio Grande, passa pela travessa XV e retorna ao Monjolo. Às 12 horas retorna pelas mesmas localidades, seguindo novamente até o Arroio Grande. Às 13 horas saí da travessa XV e vai até o monjolo, vai ao Rincão, Arroio Grande e Retorna ao Monjolo. Às 17 horas retornar pelas mesmas localidades, levando os alunos para suas casas. As 18 horas sai da localidade de Arroio Grande, vindo em direção da localidade de Passo da Forquilha, onde recolhe alunos trazendo para a sede do Município. Às 22 horas retorna com os alunos da sede para o Passo da Forquilha.	E. Felisberto Luis de Oliveira E. E. M. Prof. Gregória de Mendonça	Monjolo	05h45min às 11h50min 13h10min às 19h00min 22h00min às 23h00min	15 15 8	122,04	06	Kombi 15 lugares	337,74
03	Às 07 horas saí do Macegão levando as crianças para a E. M. Cristo Rei, retorna para o Macegão levando até a E. M. Doze de Outubro, às 11:30 horas leva as crianças da E. M. Doze de Outubro para o Macegão, retorna até a E. M. Cristo Rei e leva os alunos para a localidade de Macegão. Às 17 horas leva as crianças da E. M. Doze de Outubro para o Macegão, e retorna até a E. M. Cristo Rei levando os alunos para a	E. M. Cristo Rei E. M. Doze de Outubro	Olhos D'Água Imbiruçu	07h às 11h30min 13h00min às 18h00min	15 15	145,53	41,56	Kombi 15 lugares	394,95



PREFEITURA MUNICIPAL
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

	localidade de Macegão								
04	Às 11 horas e 30 Minutos sai do Imbiruçu em direção ao Macegão levando 11 alunos. Pega outros 15 alunos e leva até Olhos d'água, desembarcando na E. M. Cristo Rei, seguindo para Alto Data e Catanduva Grande trazendo 12 alunos para a E. E. Doze de Outubro. Volta até a localidade de Alto Data onde recolhe mais 9 alunos para a E. E. 12 de Outubro. Às 17 horas retorna pelas mesmas localidades.	E. M. Crist o Rei E. E. Doze de Outubro E. M. Doze de Outubro	Olhos d'água Catanduva Grande Imbiruçu	11h00min às 19h15min	15 15	85,52	41,56	Kombi 15 lugares	317,26
05	Às 07 horas Sai da Fazenda Santa Rita e Vila dos Cordeiros, em direção a Passinhos, passa na estrada das Lombas, entra até próximo com a divisa com Viamão e Gravataí, volta e segue na estrada Principal em direção a sede do Município, até as proximidades da propriedade do Senhor Ernesto Correa. Às 12 horas retorna com os alunos para suas casas, buscando os alunos para o turno da tarde nas mesmas localidades e também na fazenda de Valdir Ribeiro em direção a Capivari do Sul, retornando às 17 horas pelas mesmas localidades. Obs: Para realizar o trajeto a tempo, são necessários 02 (dois) veículos. (Um microônibus e uma Komi).	E. E. Afonso José Nunes Santana	Barrocadas	06h30min às 12h 13h às 18h30min	26 25	183,94	17,3	Ônibus mínimo 25 lugares e Kombi 12 lugares	573,07
06	Às 07 horas sai da estrada ao lado do Clube Independência e segue até a localidade de Casqueiro e Travessa Bitencourt, fazendo à volta na estrada e saindo no acesso secundário da Br 290, na RS 030 e deslocando-se até a Travessa da Antena, posteriormente seguindo até as escolas E. E. Visconde do Rio Branco E. M. Nossa Senhora da Medianeira. Às 12 horas sai da E. M. Nossa Senhora Medianeira levando os alunos da Manhã e Trazendo os da tarde. As 17 horas sai da escola retornando pelas mesmas localidades. Observamos que o trajeto pode ser realizado por Micro-ônibus, pois alguns alunos desembarcam na E. E. Visconde do Rio Branco e após o veículo	E. M. Nossa Senhora Medianeira E. E. Visconde do Rio Branco	Casqueiro Travessa da Antena Boa Vista	06h30min às 12h00min 13h00min às 18h15min	25 25	30,79	46,72	Micro-ônibus	253,31



PREFEITURA MUNICIPAL
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

	segue em direção a E. M. E.F. Nossa Senhora da Medianeira onde são transportados os demais alunos.								
07	Às 06 horas, o veículo sai da localidade de Campestre, trazendo dois alunos, passa pela localidade de Morro da Figueira, passa no Bairro Madre Teresa junto ao campo do Paladino recebendo uma aluna, segue pela RS 030 onde recolhe aluno na Vila Palmeira, Costa da Miraguaia e Catanduvinha, se dirigindo a Gravataí, onde deverá chegar às 08 horas. Às 12 horas o veículo se desloca em sentido inverso deixando os alunos em suas residências. Obs. O veículo deverá ter licença do DAER para viagens intermunicipais.	Emes	Pinheirinhos Miraguaia	05h30min às 13h30min	07	22,46	154,19	Kombi mínimo 12 lugares	310,70
08	Às 11 horas o veículo sai da Sede de Santo Antônio da Patrulha, passa pela vila Palmeira, Catanduvinha e Costa da Miraguaia deslocando-se em seguida para Gravataí onde deverá chegar na escola às 13 horas. Às 17 horas o veículo sai de Gravataí, passando pelas mesmas localidades e dirigindo-se pela RS 474 até a localidade de Campestre. - Obs. O veículo deverá ter licença do DAER para viagens intermunicipais.	Emes		11:00 às 17:00	06	0	149,40	Kombi mínimo 12 lugares	257,39
09	Sai as terças, Quartas e Quintas-feiras, às 07 horas da Vila Assis Brasil, passa pelo bairro Madre Teresa, Bom Princípio, Menino Deus segue em direção a Escola Agrícola em Esquina dos Morros chegando às 08 horas. Às 11 horas e 30 minutos retorna pelas mesmas localidades. Às 13 horas faz o mesmo percurso, retornando Às 17 horas pelas mesmas localidades.	AABB Comunidad e		07 às 12 13 às 18	50 50	29,04	32	Ônibus mínimo50 lugares	391,82
10	Sai do Monjolo e vai para o Morro São Miguel às 06 horas e 30 Min. (depois do cerro, 1ª entrada a esquerda, vai e volta em direção ao Cantagalo), chegando a Escola José Telmo Martins em	E. M. José Telmo Martins	Cantagalo	06 às 12	20 15	155,56	08	Ônibus mínimo 35 lugares e	706,04



PREFEITURA MUNICIPAL
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

	<p>Cantagalo, segue até a divisa com Rolante, após retorna a escola. Às 11 horas e 30 minutos vai a Escola, passando pelo Morro São Miguel. Após vai pegando crianças pelo trajeto, vai até a divisa de Santo Antônio com rolante e chega às 13 horas e 30 min. na Escola novamente. Às 17 horas e 30 min. Sai da escola, retorna a divisa de Santo Antônio com Rolante deixando os alunos, e retorna a localidade de Monjolo. Obs: Para realizar o trajeto a tempo, são necessários 02 veículos. (Um ônibus e uma Kombi no mínimo).</p>			13 às 20 18h30min 15				Kombi 15 lugares	
11	<p>Sai da Travessa dos Nazários às 07 horas e 30 Minutos, entra na Estrada Principal da Costa da Miraguaia levando alunos para a E. E. Jovelino Theodoro. às Para a Saibreira da caída do Macegão, passa pela estrada do Potreiro Grande, entra no Passo das Moças, entrando no acesso ao lado da Fábrica de rapaduras Santo Antônio, segue pegando trajeto vicinal a esquerda, retorna para a estrada principal e entra na Travessa Guimarães se deslocando até a Saibreira do Jorginho trazendo alunos para a E. E. Jovelino Theodoro, em Costa da Miraguaia. Às 11 horas e 45 minutos leva os alunos para casa, segue, recolhendo os do turno da tarde. Às 17:00 horas retorna com os alunos para suas casas pelas mesmas localidades.</p>	- E. E. Jovelino Theodoro	Passo das Moças Costa da Miraguaia	06h45min às 11h30min 13 às 18	15 15	124,72	33,64	Kombi 15 lugares	339,49
12	<p>Sai às 06 horas e 50 Minutos na fazenda Rincão e Fazenda dos Lopes, buscando os alunos para a E. E. Antônio Carlos. Às 12 horas sai da E. E. Antônio Carlos em Miraguaia, levando os alunos. Vai em Direção a Fazenda dos Lopes trazendo os alunos das Tarde Vai até a localidade de Vila Palmeira, onde pega um aluno, indo até a sede deixando os alunos na APAE e às 17 horas retorna pelas mesmas localidades.</p>	E. E. Antônio Carlos APAE	Miraguaia Palmeira	06h30min às 12 13 às 18h30min	12 12	93,82	67,28	Kombi mínimo 12 lugares	340,70



PREFEITURA MUNICIPAL
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

13	Sai às 06 horas e 30 minutos da localidade de Pinheirinhos, sai na RS 474, entra no acesso ao Campestre, saindo na estrada do Quebra – Queixo. Entra na Estrada do monjolo, se dirigindo até a estrada do João Matheus, segue até o Canto dos Guilhermes, e sai na estrada do Chico do Beijo, vindo em direção à Serraria Velha, onde deixa alunos. Às 12 horas sai da Escola, deixando alunos em suas casas nas localidades já descritas.	E. E. Felisberto Luiz de Oliveira ; E. M. José Inácio M. Ramos	Pinheirinhos Monjolo Serraria Velha	Das 06h30min às 13	42	40,52	77,48	Ônibus mínimo 42 lugares	405,37
14	Sai do Bom Retiro às 06 horas e 30 min, passa pelo Canto dos Guilhermes deixando as crianças na E. M. Hilda Lopes da Luz, volta pegando alunos que irão para a E. E. Felisberto Luiz de Oliveira, em Monjolo e para a sede. Às 12 horas retorna pelo mesmo trajeto, deixando os alunos nas mesmas localidades e trazendo alunos da tarde. Às 17 horas leva os alunos para suas casas pelas mesmas localidades.	E.M. Hilda Lopes da Luz E.E. Felisberto Luiz de Oliveira	Canto dos Guilhermes Monjolo	06 às 12 13 às 15 18h30min	15	161,80	04	Kombi 15 lugares	368,80
15	Sai da Sede às 06h30min vem pela estrada principal entrando na estrada da Esquina dos Morros, entrando em seguida na Estrada Tomazelli, saindo na RS 030, passando na E. E. Villa Lobos, vindo em seguida até a E. M. Nercy Rosa, onde deixa alunos. Às 12h00min retorna com os alunos para suas residências já recolhendo os alunos do turno da tarde. Às 17 horas retorna com os alunos para suas residências.	- E. E. Villa Lobos - E. M. Nercy Rosa	- Barro Vermelho - Sede - Sede	Das 06h30min às 12:00 Das 13h00min às 17h00min	25 25	27,66	26,14	Ônibus mínimo 25 lugares	285,27
16	Sai da localidade de Evaristo, às 06 horas e 15 minutos do final da linha de ônibus permissionária, recolhendo alunos e se dirigindo até a E. E. Afonso Celso, onde deixa alunos, segue pela Estrada Principal, entrando em estrada secundária do campo do Cruzeiro, passando a ponte do Arroio Grande, retomando em seguida a estrada Principal e dirigindo-se até a localidade de Monjolo na E. E. Felisberto Luiz de Oliveira. Às 12 horas sai da Escola e retorna pelas mesmas	- E. E. Afonso Celso - E. E. Felisberto Luiz de Oliveira	-Evaristo - Monjolo	Das 06h15min às 12h00min Das 13h às 18h30min	40 40	84,04	04	Ônibus mínimo 40 lugares	358,62



PREFEITURA MUNICIPAL
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

	localidades deixando os alunos da manhã e recolhendo os alunos da tarde. Às 17 horas sai da escola levando os alunos para suas casas.								
17	Às 7h o veículo sai do Arroio do Cartucho, passa pela E.E.E.F. Arroio do Carvalho, segue em direção a estrada Passo da Forquilha, entra na estrada do Herval, passando pelo cemitério e segue até a ponte do Silso, recolhe os alunos e retorna em direção a Escola, onde deixa; segue em direção a Estrada do Caraá, entrando a direita no Morro da Laje, descendo pelo desvio até a casa do Sr. Darci Jacob, seguindo ao Ribeirão do Meio, entrando a direita na Igreja Adventista, dando a voltando cemitério próximo a residência do Maroca, recolhendo alunos, voltando para a Escola. Às 12h leva os alunos da manhã para casa, pelo mesmo itinerário, recolhendo os alunos da tarde, acrescentando a entrada para a Cancela Preta até a Capela Nossa Senhora Aparecida, no horário da tarde. Às 17h leva os alunos para suas casas. Observamos que nesta localidade o transporte deve ser realizado por Micro-ônibus, pois a estrada não comporta a passagem de ônibus.	- E. E. Arroio do Carvalho	- Arroio do Carvalho	Das 06h30min às 12h00min Das 13 às 18h30min	25 25	132,05	4,44	Micro-ônibus	318,44
18	Às 06 horas e 30 min o veículo sai da divisa entre os municípios de Santo Antônio e Taquara trazendo alunos para a E. E. 12 de Outubro em Catanduva Grande, seguindo em direção a Taquaral e Serraria Velha onde deixa alunos na E. M. José Inácio M. Ramos, onde deixa alunos e segue até o Passo do Sabiá, trazendo outros a E. M. Manoel Machado. Às 12 horas o veículo sai da E. M. Manoel Machado em direção à Catanduva levando alunos para suas casas e indo para a E. E. 12 de outubro. As 13 e 15 minutos o veículo sai novamente da divisa percorrendo o mesmo trajeto da manhã, retornando às 17 horas.	- E. E. 12 de Outubro; - E. M. José Inácio M. Ramos - E. M. Manoel Machado	- Catanduva Grande - Serraria Velha	Das 06 às 12 Das 13 às 18h45min	40 40	111,38	23,20	Ônibus mínimo 40 lugares	440,95



PREFEITURA MUNICIPAL
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

19	Às 06 horas e 30 minutos o veículo sai da localidade de Barro Preto, vindo até a RS 03 e dirigindo-se até a AGASA, onde retorna deixando alunos nas escolas E. E. Leonardo Truda, E. E. Ferreira Viana, E. E. Visconde do Rio Branco. Em seguida entra na Estrada da Boa Vista, deixando alunos na E. M. Nossa Senhora Medianeira. Às 12 horas o veículo faz o caminho inverso deixando alunos em suas casas, e retorna pelo mesmo trajeto trazendo os alunos da tarde. Às 17 horas sai da E. M. Nossa Senhora Medianeira levando alunos para suas casas. Obs: para realização do trajeto a tempo, são necessários 02 veículos.	- E. E. Leonardo Truda - E. E. Ferreira Viana E. E. Visconde do Rio Branco E. M. Nossa Senhora Medianeira	Lagoa Lagoa Portão Boa Vista	Das 06h30min às 12h Das 13h00min às 18h30min	42 42	67,80	85,30	Ônibus mínimo 30 lugares e Micro-ônibus	411,98
20	Às 06h30min recolhe os primeiros alunos na jazida de areia na localidade de Rincão do Capim, segue recolhendo alunos na estrada da localidade de rincão do capim, entra em duas estradas secundárias para recolher alunos e volta a estrada principal até a localidade de Morro Grande, seguindo até a igreja, onde entra em estrada secundária e recolhe aluno, vindo até a E. E. Santos Dumont, onde chega as 07:30. (Na sequência vai até a localidade de Chicolomã levando os alunos para a E. M. Érico Veríssimo, onde chega as 08 horas. As 11:45 sai da Érico Veríssimo levando os alunos para suas residências. Recolhe alunos na localidade de Rincão do Capim trazendo-os para a sede (IESA, e E. M. Antônio Laureano). 12 horas e 00 minutos entra na Estrada Para o Morro Grande, dobrando na Estrada do Rincão do Capim, entrando em seguida na localidade de Vassoura, e indo até o Morro Grande onde deixa alunos, seguindo para Barrocadas onde recolhe alunos e deixa na Escola M. Érico Veríssimo. Às 17 horas faz o caminho inverso levando alunos para suas residências.	E. M. Érico Veríssimo E. E. Santos Dumont	Chicolomã Morro Grande	Das 12h00min às 18h	40 40	144,43	21,34	Ônibus mínimo 40 lugares	487,14
	Sai da Escola Municipal Érico Veríssimo em	E. M. Érico	Chicolomã	Das 06h às	30	164,48	17,30	Ônibus	562,81



PREFEITURA MUNICIPAL
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

21	Chicolomã, segue na estrada para tapumes, entrando na Estrada dos Barcelos, retorna a estrada principal, entra na estrada do Lindal em direção a Lombas, entra na estrada do salão de Lombas, retorna pela estrada do cemitério, passa no Galpão dos Fagundes e segue em direção a tapumes, dobrando na entrada do Colotário, retornando a estrada principal e seguindo a Escola Érico Veríssimo onde deve chegar as 08 horas. Às 12 Horas retorna pelo mesmo trajeto, deixando os alunos da manhã e pegando os alunos da tarde. Às 17 horas retorna levando os alunos da tarde para suas residências.	Veríssimo		12h				mínimo 35 lugares	
22	Às 06h30min Sai do Morro Agudo, passa pela Roça Grande, descendo até a Catanduvinha, sai na Venturosa e segue pela RS 030 até a E.E. Antônio Carlos. Segue em direção a E. E. Cândido de Barros em Vila Palmeira segue até a Fazenda Marques da Rocha e na seqüência vai até a localidade de Barro Vermelho na Escola E. Villa Lobos. Às 12 horas sai do Barro Vermelho refazendo o trajeto em sentido contrário pela estrada do Passo do Sabiá deixando alunos em suas casas e recolhendo alunos do turno da tarde.	- E E Cândido de Barros - E E Villa Lobos - E. E. Antônio Carlos	Vila Palmeira Barro Vermelho	Das 06h30min às 13h30min	40	55,78	49,31	Ônibus mínimo 40 lugares	345,46
23	Às 06 horas sai da Catanduvinha segue até a Costa da miraguaia onde deixa alunos na E. E. Jovelino Theodoro, seguindo até a Miraguaia onde deixa alunos na E. E. Antônio Carlos. Segue pela RS 030 até a Vila Palmeira, deixando alunos na E. E. Cândido de Barros, segue até a E. E. Vila Lobos onde deixa alunos. Às 12 horas sai do Barro Vermelho fazendo o caminho inverso deixando alunos em suas casas, e recolhendo alunos para o turno da tarde. Às 17 horas sai do Barro Vermelho levando alunos para suas casas. Observamos que o trajeto pode ser realizado por um único veículo, pois entregará uma turma de alunos em uma escola, em seguida pegará outra	E e Jovelino Theodoro E E Antônio Carlos E E Cândido de Barros E E Villa Lobos	Costa da miraguaia Miraguaia Vila Palmeira Barro Vermelho	Das 06 às 12 Das 13 às 18h30min	60 30 60 10	53,28	59,80	Ônibus mínimo 45 lugares	382,17



PREFEITURA MUNICIPAL
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

	turma de alunos que ficará na escola seguinte e assim sucessivamente.								
24	Às 06 horas e 30 min sai da Roça Grande, vem pela Estrada do Rincão da Palmeira, entra no Beco da Rola e na Lomba do Cabrito e sai novamente na Estrada principal e entrando na seqüência na RS 030 em frente ao campo do Liberdade, trazendo alunos para a E. E. Cândido de Barros e para E. E. Vila Lobos. Às 12h sai da Vila Palmeira levando os alunos da manhã e trazendo os alunos da tarde. Às 17 horas sai da Vila Palmeira levando os alunos para suas casas.	E E Cândido de Barros E. E. Vila Lobos	Vila Palmeira	Das 06h30min às 12 Das 13 às 18h30min	45 45	67,18	52,52	Ônibus mínimo 45 lugares	385,40
25	Sai da localidade de Furnas às 07 horas, descendo até a E. E. Afonso Celso. Segue até o Morro dos Zaleskys, onde recolhe alunos e os leva até a E. E. Afonso Celso. Às 12 horas recolhe os alunos na Escola e os leva até suas residências, na volta recolhe os alunos da tarde e segue pelo mesmo trajeto, levando os alunos para suas casas	E. E. Afonso Celso	Furnas	Das 06 às 12 Das 13 às 19	15 15	84,54	04	Kombi 15 lugares	288,61
26	Sai da localidade de Cafundó às 06 Horas e 30 Min. onde recolhe alunos e os leva até a E. M. José Inácio Machado Ramos, na seqüência segue até a localidade de Travessa dos Galegos em Morro Agudo, onde recolhe alunos e os leva até a E. M. José Antunes dos Santos. Segue posteriormente até as proximidades da Igreja do Morro Agudo onde recolhe alunos e os traz para a escola. Às 12 horas leva os alunos para suas casas pelos mesmos trajetos. As 12h20min sai da E. E. José Antunes na localidade de Morro Agudo, seguindo para Serraria Velha, passando pela E. M. José Inácio M. Ramos, volta ao Morro	E. M. José Antunes dos Santos E. M. José Inácio M. Ramos E. E. 12 De Outubro	Morro Agudo Serraria Velha Catanduva Grande	Das 06h30min às 12 13 às 18h30min	15 15	119,10	38,16	Kombi 15 lugares	353,37



PREFEITURA MUNICIPAL
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

	Agudo, passa por Roça Grande, indo até a localidade de Catanduva Grande, passando pela E E 12 de Outubro. As 17h00min retorna pelo mesmo trajeto levando os alunos para suas residências.								
27	Sai da Sede em direção ao Cantagalo às 17 h, passando a Escola José Telmo Martins em Cantagalo, segue até a divisa com Rolante, após retorna trazendo os alunos até a E E Gregória de Mendonça as 19 horas, na sede. Às 22 horas sai da escola, retorna a divisa de Santo Antônio com Rolante deixando os alunos, e retorna a Sede.	E E Gregoria de Mendonça	Cantagalo	17h00min as 00h00min	30	94,56	08	Ônibus mínimo 30 lugares	386,18

Santo Antônio da Patrulha, 04 fevereiro de 2013.

EDNA MUNIZ DOS SANTOS REIS
Pregoeira



PREGÃO PRESENCIAL Nº. 006/2013
ANEXO II

MODELO DE DECLARAÇÃO DE PREENCHIMENTO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

(Nome da empresa)....., CNPJ nº....., sediada na (endereço)....., (Cidade/Estado), declara, sob as penas da Lei, que preenche plenamente os requisitos habilitatórios estabelecidos no presente edital, do Pregão Presencial nº 006/2013, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

Data:

Assinatura:

Nome do Declarante:



PREGÃO PRESENCIAL Nº. 006/2013
ANEXO III

MODELO DE CREDENCIAMENTO

_____, inscrita no CNPJ sob o nº _____,
sediada na _____, neste ato representada pelo
Sr(a). _____, portador da Cédula de Identidade nº
_____, residente e domiciliado na _____, inscrito no CPF sob o
nº _____, detentor de amplos poderes para nomeação de representante para que lhe faça as
vezes para fins licitatórios, confere-os à _____, portador da cédula de identidade nº
_____, e inscrito no CPF sob o nº _____, com o fim específico de representar a
outorgante perante a Prefeitura Municipal de Santo Antônio da Patrulha/RS, no Pregão Presencial nº
006/2013, podendo assim retirar editais, propor seu credenciamento e oferta em lances verbais em nome da
representada, e ainda assinar atas, contratos de fornecimento de materiais, firmar compromissos, enfim,
todos aqueles atos que se fizerem necessários para o bom e fiel cumprimento do presente mandato.

_____, ____ de _____ de _____.

Outorgante (reconhecer firma)

Outorgado



PREGÃO PRESENCIAL Nº.006/2013
ANEXO IV

DECLARAÇÃO

Referente ao Pregão Presencial 006/2013 _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, por intermédio do seu representante legal o(a) Sr.(a) _____, portador da Carteira de Identidade nº _____, e do CPF nº _____, DECLARA, para fins de atendimento ao disposto no inciso V do art.27 da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993 (cumprimento do disposto no inc. XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, acrescido pela Lei 9.854 de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos. Ressalva: Emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ().

(data)

(Assinatura Representante Legal)

Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima.